



Capítulo IV

Violência contra os povos indígenas isolados e de pouco contato

Violência contra os povos indígenas isolados e de pouco contato	145
Amazonas.....	145
Rondônia	146
Acre.....	147
Mato Grosso.....	148
Maranhão	150



Grupos indígenas sem contato ou de contato recente, como os Awá Guajá (Maranhão), estão cada vez mais acudados com o avanço das atividades agropecuárias de não-índios

Violência contra os povos indígenas isolados e de pouco contato

Ano de 2008

O Cimi se propõe a qualificar as referências da presença destes grupos com levantamentos em área; dar visibilidade à questão dos índios isolados para a sociedade; sistematizar, mapear e socializar o material existente sobre os povos indígenas em situação de isolamento e subsidiar o Ministério Público Federal para agir diante da situação desses povos.

Por meio dos regionais Norte I e Rondônia, o Cimi iniciou em 2006 o levantamento em área da situação dos povos em situação de isolamento no sul do Amazonas, especificamente nas áreas dos rios Cuniúá e Tapauá, Curequetê e Ituxi, sul de Lábrea (AM); nos rios Pacιά, Mari e Punainá, todos afluentes do rio Purus; no rio Mucuí e seus afluentes Jacareúba e Inacorrá (AM) – transformado em julho de 2008 em Parque Nacional Mapinguari; no rio Itaparaná (AM), no alto rio Marmelos, e no rio Sucunduri, na Transamazô-

nica (BR-230) e nas áreas de influência da construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio (RO).

Quadro comparativo de referências de povos indígenas em situação de isolamento, de risco e de extinção

Grupos isolados	Funai	Cimi
Amazonia	29	21
Acre	05	06
Pará	08	13
Maranhão	02	08
Rondônia	10	14
Mato Grosso	09	08
Amapá	01	01
Goiás	01	01
Roraima	01	01
Total	66	73

CASOS

AMAZONAS

No **Vale do Javari**, Amazonas, verificou-se um acréscimo no número de portadores de hepatite B, de casos de malária e a constatação de outras patologias como hepatite C, hanseníase e tuberculose, ameaçando a existência da maior concentração demográfica de índios isolados do Brasil.

Na BR-319, há o projeto de assentamento “São Francisco do rio Mucuí”, dentro da terra indígena Katawixi, com promoção de ecoturismo e pesca predatória. No igarapé Jacareúba, *habitat* e antigo coração das terras Katawixi, encontra-se a vila **Seringarana**, um assentamento do Incra. O levantamento evidencia a situação de risco e extinção do povo Katawixi. A Funai, que já tinha declarado esse povo extinto, voltou a reconhecer sua existência a partir dos dados apresentados pelo Cimi, reativando a proposta de interdição e criando uma equipe de Frente de Proteção etno-ambiental do Rio Purus.

Existem três firmas colonizadoras (Proterra, Prosã e Proapa) e uma Associação (Procampo) ocupando as terras tradicionais, além do assentamento Joana Darc,

do Incra, com plantadores de soja e grandes fazendas de gado.

Na região sul de **Lábrea**, os Kaxarari confirmam a existência dos isolados nas cabeceiras, entre os afluentes do rio Ituxi e Curequetê, nas fronteiras dos três estados: Amazonas, Acre e Rondônia. É uma das áreas mais violentas da região, onde se registra o avanço rápido do agronegócio, principalmente de fazendas de soja, por grileiros de terras da União, com omissão do Ibama, do Incra e da Funai. As fazendas griladas estão ocupando toda a área desses isolados que vivem na região.

No rio Itaparana, município de **Tapaua**, houve em 1964 o massacre contra o povo Juma que na época impedia o avanço da frente extrativista de castanheiros. Estes, sob comando de comerciantes e políticos da região, atearam fogo nas malocas, à noite, matando mais de 40 indígenas. O crime aconteceu nas cabeceiras dos igarapés da Onça e São Miguel e há referências - como acampamentos, restos de fogo e de comida - de sobreviventes naqueles rios.

O **Alto Rio Marmelos** é o habitat de um grupo isolado Tenharim, dentro de uma área já demarcada. Por lá passa a Estrada de Estanho, feita pela Minera-



A sobrevivência do povo Suruahá, no Amazonas, é ameaçada por exploradores de seu território

dora Taboca, da Paranapanema, para extrair estanho e cassiterita. Vinda do Mato Grosso, a estrada corta a área Tenharim e chega até a Transamazônica (BR-230), passando pelos campos naturais das terras indígenas Tenharim. Os Tenharim que extraem castanha naquela área confirmam a existência de seus parentes isolados, ameaçados pela estrada onde circulam caminhões e ônibus diariamente e onde há pressão forte do agronegócio.

No rio Sucunduri, município de **Apui**, há exploração madeireira, garimpeiros, fazendas e projetos de colonização. Segundo informações do Cimi, há um grupo de indígenas isolados que vive entre o igarapé Anil e o rio São Tomé, afluentes do rio Juruena.

A equipe do Cimi em **Aripuanã** teve informações da existência desse grupo através de um topógrafo que fez medições na região em 1998. Segundo ele, esses índios se localizam nas cabeceiras do rio Água Branca, na Serra do Sucunduri.

Na **cachoeira Monte Cristo**, antigamente, havia vestígios de isolados, no igarapé Bararetê os isolados faziam suas excursões, hoje as áreas são reservas protegidas de Floresta Nacional (Flona) e Floresta Estadual (Flota). Por lá, há plantação de banana e presença de animais selvagens para a caça. Num dos afluentes do rio Sucunduri, no igarapé Acari, há uma fazenda com extensão de 500 hectares, onde existem pistas clandestinas, mas todo mundo tem medo de denunciar.

RONDÔNIA

O governo federal aprovou a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia: Santo Antônio (com potência de 3580 MW) e Jirau (com potência de 3900 MW). A potência total instalada é de 7480 MW e o ganho de energia firme é de 4255 MW, equivalente a 56% da potência total. Os recursos estão estimados em R\$ 13,3 bilhões.

A implantação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Madeira, principal formador do rio Amazonas no território brasileiro com uma bacia de 1,42 milhão km², não tem apenas a perspectiva da geração elétrica, mas também de extensão da navegação acima da cidade de Porto Velho (RO), através dos rios Orthon, Madre de Diós, Beni, Mamoré e Guaporé, complementando a atual hidrovia existente que vai de Porto Velho até Itacoatiara (AM).

Isolados no rio Madeira – O Cimi em Rondônia encaminhou documento ao MPF, Ibama e Funai relatando a existência de 14 povos em situação de isolamento e de risco no estado. Destes, 10 têm seus territórios tradicionais nos afluentes do rio Madeira, e quatro grupos encontram-se próximos ao complexo hidrelétrico desse rio.

As referências dos quatro povos indígenas em situação de isolamento e de risco na área de influência da construção das hidrelétricas são as seguintes:

grupos nas terras indígenas Karitiana e Karipuna; os Karipuinhas que vivem na região de Jirau e grupos na região do sul do município de Lábrea.

Esses povos em situação de isolamento correm risco de ser exterminados pelo avanço do agronegócio, do desmatamento e de grandes empreendimentos - como a construção das hidrelétricas. Constituem graves ameaças à sua sobrevivência os impactos que sofrem nas áreas de influência de terras inundadas e a destruição dos recursos naturais, que provocam fluxos migratórios para novas ocupações e que os expõem a todo tipo de violência, de massacre e de extermínio.

Outros empreendimentos energéticos implementados na região amazônica refletem a mesma violência contra os povos indígenas, sobretudo por não contemplar as expectativas das sociedades locais e populações tradicionais. Como por exemplo: Usina Hidroelétrica (UHE) Tucuruí, UHE Samuel, UHE Balbina, Produtor Independente de Eletricidade (PIE) em Manaus e Porto Velho - e outros empreendimentos planejados: UHE Ji-Paraná, UHE Kararao (Belo Monte), UHE's no Rio Madeira, gasodutos Coarí-Manaus e Urucú/Porto Velho.

ACRE

Uma das maiores áreas de ocorrência de povos indígenas em situação de isolamento voluntário no mundo está compreendida numa faixa que se estende por toda a região de fronteira entre o estado do Acre, no Brasil, e o Peru. Representantes de culturas ancestrais, estes povos conseguiram manter seu modo de

vida particular se refugiando em áreas que passaram ao largo dos ciclos econômicos da borracha, do caucho e da castanha.

Apesar da relativa tranquilidade que estes povos conquistaram ao se isolarem nas cabeceiras de rios e igarapés, o avanço da exploração madeireira, do petróleo e do gás natural em território peruano nas últimas décadas trouxe de volta a possibilidade de genocídio destes povos. Estas situações os têm obrigado a se deslocarem para fora de suas áreas tradicionais, penetrando, muitas vezes, o território brasileiro.

Projetos de integração regional como a pavimentação da BR-364 - usada para escoamento de produção de soja - e a conclusão da Rodovia do Pacífico - de 1,2 mil km ligando a cidade brasileira de Assis Brasil, no Acre, aos portos de Ilo, Matarani e Marcona, no sul do Peru - ameaçam direta e indiretamente estes povos já que as estradas facilitarão o acesso e a exploração de áreas antes consideradas isoladas.

A concessão de grandes áreas para o manejo florestal e a possível prospecção petrolífera nesta região da Amazônia fará do Acre um espelho do que já ocorre no Peru e não restarão mais refúgios para estes povos se não forem tomadas medidas que garantam a posse e a segurança das áreas tradicionalmente ocupadas pelos isolados.

Ocorrências de isolados – No Acre existem seis ocorrências de povos isolados, todos ao longo da fronteira, podendo, em algumas áreas, existirem povos isolados diferentes partilhando um mesmo grande território.

Apesar de várias ocorrências de isolados, apenas a área indígena do Xinane está registrada e é exclusiva



Os índios de pouco contato Akunsú em Rondônia correm risco de desaparecer



Indígenas isolados, na fronteira do Peru com o Acre, fotografados por equipe da Funai

para esses povos. As outras ocorrências se dão em terras indígenas já destinadas a povos contatados ou em áreas de conservação ambiental como o Parque Nacional da Serra do Divisor - onde o projeto de estrada ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, a Pucallpa, no Peru, ameaçará diretamente a vida dos isolados - e o Parque Estadual Chandless.

Ao longo da fronteira do Acre com o Peru, em áreas contíguas com parques e áreas indígenas, o governo peruano criou as Áreas de Conservação Regional Isconahua e Murunahua/Tamaya com o intuito de resguardar o território dos isolados, mas grandes projetos, principalmente petrolíferos, acabam se sobrepondo às áreas protegidas e ameaçam a vida dos indígenas, principalmente os isolados.

MATO GROSSO

A presença de índios “estranhos”, denominados baixinhos, sempre fugitivos na região noroeste do Mato Grosso, era fato conhecido da população de **Aripuanã** e **Colniza**, a partir da década de 1980 até o ano 2000. Na medida em que a mata começou a ser derrubada, para a instalação de fazendas e de projetos de assentamento, os índios foram recuando.

Desde 1987, a equipe do Cimi em Aripuanã acompanha a presença de índios isolados nesta região. Ao longo dos anos, indígenas dos povos Arara e Cinta Larga, assim como prestadores de serviços dos latifundiários, testemunharam a presença dos isolados.

Foto: Gleilson Miranda/Funai



Em julho de 2003, missionários do Cimi acompanharam uma expedição da Funai para conhecer a terra indígena do rio Pardo e visitar uma das aldeias. Na oportunidade encontraram duas malocas, tendo no seu interior um feixe de flautas, pontas de flecha e um pacote de cinco quilos de arroz deixado por invasores. Por meio desta visita foi possível confirmar a presença indígena no rio Pardo.

As informações coletadas e repassadas às autoridades foram o ponto de partida para que a Frente de Proteção Etno Ambiental Madeirinha da Funai localizasse os indígenas. Em 2001, após ter encontrado 17 locais de habitações e muitos vestígios deixados pelos indígenas, começou a ser esboçado o primeiro mapa da terra indígena. Sua demarcação foi interditada

pela Portaria 447/2001. Três anos depois, esgotado o prazo legal da interdição, por novo ato administrativo da Funai foi criada a Portaria 521/2004, com objetivo de interditar a demarcação da terra indígena do rio Pardo por mais três anos.

Invasores na terra indígena – Em outubro de 2005, uma das expedições da Funai encontrou no interior da terra indígena um grupo de invasores armados, munidos de bombas e de posse do Estatuto e da Ata de Fundação (23/8/03) da Associação dos Proprietários Rurais de Colniza, com uma lista dos associados, bem como, uma cópia do Projeto Serra Morena que estava sendo implantado dentro da terra indígena.

A Operação Rio Pardo da Polícia Federal, iniciada em novembro de 2005, foi o ponto culminante da ação oficial que prendeu 77 pessoas e cumpriu 90 mandados de busca e apreensão.

O superintendente adjunto da PF, Marco Antônio Farias, informou que todas as pessoas presas possuíam algum tipo de ligação com a empresa Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária Ltda (Sulmap), com sede em Várzea Grande (MT), ou com a Associação dos Proprietários Rurais de Colniza, que deram início ao projeto Serra Morena. Em Aripuanã, ficaram presos por mais de dez dias o ex-prefeito do município, um cirurgião dentista, um empresário e um ex-vereador.

Para os missionários envolvidos na defesa da terra indígena tradicional e na luta pela vida dos índios isolados, essa ação policial resultou em perseguições, ameaças e a conseqüente saída da região, pois corriam risco de morte.

Passados alguns meses, a Funai constituiu o Grupo Técnico (GT) coordenado pelo antropólogo Gilberto Azanha e expediu a Portaria 170/2007 de identificação da terra indígena Kawahiva do rio Pardo. O GT verificou tratar-se de uma sociedade indígena: Kawahiva (Tupi Kawahib) do tronco linguístico Tupi Guarani. O relatório foi publicado em 15 de março de 2007, mas setores antiindígenas questionaram a portaria da Funai e tentam reverter os seus efeitos.

Outros grupos – No Igarapé dos Índios, em Colniza, vive o grupo Pirapikura, que significa borboleta, “aqueles que são não param em lugar nenhum”. Eles são acompanhados pela Funai, há mais de 20 anos, mas a demarcação de seu território segue sem providências.

Os isolados **Apiaká** continuam dando sinais de existência, mas procuram evitar o contato. Elivan Morimã Apiaká ouviu os isolados imitando pássaros e animais, durante uma caçada. “O nosso grupo respondia de dentro do barraco, mas com medo de falar. Eles estavam com mulheres e crianças e davam risadas. No dia seguinte vimos muitos rastros de adultos e crianças”. Na criação do Parque Nacional



Objetos abandonados por indígenas sem contato no Mato Grosso

Juruena não foi considerada presença deste grupo de isolados. Desde 1999 corre o processo de demarcação de terra Apiaká, onde há duas grandes aldeias. É neste território que perambulam os isolados.

MARANHÃO

A presença de grupos de Awá-Guajá, povo nômade que vive em situação de isolamento no Maranhão, ocorre na região conhecida como pré-Amazônia maranhense. Eles circulam pelas terras indígenas Araribóia, Caru, Awá, Krikati, assim como na Reserva Biológica do Gurupi, Serra do Cipó, Alto Guamá, Serra da Desordem, Jararaca e Bandeira. Esses grupos encontram-se ameaçados pelas invasões, o desmatamento e o comércio ilegal de madeira crescente na região.

Os Awá-Guajá – Uma sociedade de caçadores e coletores que vive exclusivamente da floresta e dela depende para continuar a existir e praticar suas atividades nômades. Eles habitam há séculos as matas altas dos rios Pindaré, Caru, Turiaçu e Gurupi. Região também habitada pelos Ka'apor, Tembé e Guajajara. Seu nomadismo é tido como estratégia de sobrevivência frente a outros grupos indígenas e a não-índios em disputa por território.

O contato desse povo teve início nas décadas de 70 e 80. A população Awá-Guajá é de 350 a 400 pessoas, incluindo os grupos de 'Awá ka'apahara' (Awá morador da floresta). Sua população lentamente

vem crescendo e se recompondo das drásticas consequências que o contato representou. De língua Tupi-Guarani o povo se autodenomina Awá – que significa gente.

Terra indígena Araribóia – Habitada por indígenas Guajajara é regularizada, mas enfrenta problemas de invasão pela ação dos madeireiros e das carvoarias da região. Os grupos de Awá-Guajá isolados estão totalmente desprotegidos. “Os Awá moram no coração da mata e estão ameaçados pelas queimadas. Vivem fugindo do fogo e dos invasores. Tem até gente falando que os madeireiros estão atirando nos Awá Guajá, queimando seus barracos e roubando seus potes de carregar mel, redes e tipóias, achamos esses objetos até no caminhão de madeireiro”.

Há muitos relatos de caçadores Guajajara que encontraram restos mortais de Awá. Em 2003, os Guajajara encontraram o corpo de um homem Awá. Pela situação que o encontraram, suspeitam que ele morreu de sede, pois estava a caminho de uma lagoa, que já estava seca e carregava uma cabaça vazia. Também já houve encontros esporádicos entre Guajajara e Awá. Pelos vestígios encontrados acredita-se que existam mais de 60 Awá vivendo nessa terra. Depois de uma grande queimada, que comprometeu 80% da floresta, não se obteve mais notícias dos grupos de Awá.

Terra indígena Caru – Regularizada e habitada pelos Guajajara e Awá-Guajá também apresenta a mesma situação de invasão, retirada e venda ilegal de madeira. O resultado é um território cortado por estradas, escassez de caças, vastas áreas de capoeiras e conflitos.

Na terra existem três aldeias de povo Awá-Guajá e grupos que mantêm seus hábitos originais recusando o contato. Na aldeia Awá de maior população, os indígenas relatam encontros frequentes de vestígios (casas, fogos, coleta de mel, caminhos...) deixados por esses grupos.

Em setembro de 2003 os Awá trouxeram para o seu convívio mãe e filho que há anos recusavam o contato. A região onde fica a cabeceira do igarapé Presídio, um dos afluentes do rio Pindaré, representa um lugar originário de vários grupos Awá. É nesse santuário, de mata ainda resguardada, de tradição e identidade, que vivem os grupos de Awá isolados. Porém, a região está ameaçada com a exploração da madeira. O abastecimento de madeira no Maranhão, em mais de 90%, provém das terras indígenas e das áreas de proteção ambiental, como a Reserva Biológica do Gurupi.

Terra Indígena Awá – Esta terra é um caso emblemático a ser resolvido, em decorrência da invasão por ocupantes de má fé e grupos econômicos e políticos da região. O processo de reconhecimento da terra teve início em 1979 e só foi finalizado em 2005. No entanto, até o momento não foi registrada por conta de pendências judiciais com estes grupos. ♦

TABELAS RESUMO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS

Ano de 2008

Capítulo I

Violência contra o patrimônio – Resumo – 2008	
Violência/Agressão	Casos
Conflitos relativos a direitos territoriais	16
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio	41
Omissão e morosidade na regularização de terras	37

Capítulo II

Violência contra a pessoa – Resumo – 2008		
Violência/Agressão	Casos	Vítimas individuais ⁽¹⁾
Assassinato	60	60
Tentativa de assassinato	29	39
Homicídio culposo	8	8
Ameaça de Morte	12	18
Ameaças várias	6	38
Lesão Corporal Dolosa	6	13
Abuso de poder	19	77
Racismo e discriminação étnico-cultural	16	6
Violência sexual	6	9
Apropriação indébita - retenção de cartões bancários e outros	3	3

Capítulo III

Violência por omissão do poder público – Resumo – 2008		
Violência/Agressão	Casos	Vítimas individuais ⁽¹⁾
Suicídio	34	34
Tentativa de suicídio	3	3
Desassistência na área de saúde	77	4.106
Morte por Desassistência à saúde	17	31
Mortalidade na infância	17	37
Desnutrição	6	6
Disseminação de bebida alcoólica e drogas	11	12
Desassistência na área de educação escolar indígena	23	700
Desassistência Geral	18	271

(1) Não incluímos na contagem das vítimas, os casos em que um grupo ou a comunidade inteira foi afetada



ENDEREÇO

SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314

CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br



SDS

Ed. Venâncio III

Salas 309/314

CEP 70.393-902

Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650

Fax: (61) 2106-1651

www.cimi.org.br

APOIO

